

## **GOVERNO RUMO À PARIDADE DE GÉNERO: Mais mulheres no cargo de secretária de Estado**

24 de Janeiro de 2020

Pela primeira vez na história do país, os cargos de nomeação directa pelo Presidente da República, no caso secretário de Estado, ultrapassaram a meta de paridade de género, a favor da mulher. É que, dos onze secretários de Estado designados esta semana pelo Presidente da República, seis são mulheres, representando 55 por cento.

Pelo facto, a Academia Política da Mulher (IMD) saúda o Chefe do Estado, Filipe Nyusi, pela abertura de espaço para que mais mulheres integrem a sua máquina governativa.

Elisa Muianga, gestora de Programas no *IMD*, considera que, mais do que o cumprimento da paridade de género, os números mostram o reconhecimento do Chefe do Estado da capacidade da mulher para a sua participação na governação e na busca de soluções para os problemas do país.

A academia encoraja o estadista a prosseguir nesse sentido e a incentivar outros sectores de actividades, com destaque para os partidos políticos e a Assembleia da República, a aprovarem políticas que favorecem a participação da mulher.

Avanços notáveis são igualmente registados no Governo central, onde, por indicação directa pelo Chefe do Estado, dos 19 ministros acabados de nomear e empossar até então, nove são mulheres, o que representa 47.37 por cento, sem incluir o primeiro-ministro.

Falta por indicar os ministros da Juventude e Desportos, Combatentes e na Presidência e Assuntos da Casa Civil.

As seis secretárias de Estado são Judith Emília Leite Mussácula, para a província da Zambézia; Stella da Graça Pinto Novo Zeca, para Sofala; Elisa Zacarias, para Tete; Ludmila Mwaa Rafael Maguni, para Inhambane; Vitória Dias Diogo, para a província de Maputo; e Sheila de Lemos Santana Afonso, para a cidade de Maputo.

Jáno Governo central, as nove mulheres nomeadas são Verónica Macamo ,para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Carmelita Namashulua, Educação e Desenvolvimento Humano; Margarida Talapa, Trabalho, Emprego e Segurança Social; Augusta Maita, Mar, Águas Interiores e Pesca; Ivete Maibasse,Terra e Ambiente; Helena Kida,Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; Eldevina Materula, Cultura e Turismo; Nyeleti Mondlane, Género, Criança e Acção Social; e Ana Comoana, Administração Estatal e Função Pública.

### **Duas na presidência das AP**

OS resultados das terceiras eleições provinciais realizadas no dia 15 de Outubro de 2019 também indicam um ligeiro aumento do número de mulheres nos órgãos eleitos a nível local comparativamente ao mandato de 2015-2019, tendo-se verificado uma variação positiva de 34 para 35,4 por cento.

No primeiro mandato (2010-2014),as assembleias provinciais(AP) tiveram maior presença de mulheres (36,21 por cento). No entanto, esta percentagem baixou para 34 por cento no mandato seguinte (2015-2019), tendo-se fixado em cerca de 34 por cento. Porém, o índice voltou a registar ligeira subida no presente mandato (2015-2024).

Uma análise da Academia Política da Mulher sobre a presença feminina nestes órgãos chama atenção para o facto de, se não forem adoptadas políticas adequadas para a promoção da participação política da mulher nas assembleias provinciais, os ganhos até aqui alcançados serem perdidos, pelo facto de a variação da proporção da mulher neste órgão não mostrar consistência sobre a possibilidade de aumento ou redução nos futuros mandatos, em virtude de depender apenas de critérios dos partidos políticos.

No que diz respeito à presidência das assembleias provinciais, a Academia constatou que houve registo de progresso no número de mulheres que presidem a estes órgãos de tomada de decisão, tendo passado de uma mulher no mandato passado para duas no presente mandato (2020-2024).

Este progresso também é bastante lento e contraria as mensagens de apelo parase incentivar a presença da mulher na política e nos cargos de liderança.

Já na posição de primeiro vice-presidente das assembleias provinciais, os dados mostram o alcance da paridade desejada. Ou seja, foram eleitas cinco mulheres para este cargo, de um total de dez, o que corresponde aos desejados 50 por cento.

Em relação à posição de segundo vice-presidente, de um total de nove províncias que têm esta figura, apenas uma é que elegeu uma mulher.

A fraca presença da mulher como presidente nas assembleias provinciais e segunda vice-presidente impõe aos partidos políticos a necessidade de abrirem mais espaço para que mais mulheres possam participar e liderar os espaços formais de debate político a nível provincial.

A eleição de mulheres para estes cargos dependia apenas da vontade e concertação interna de cada partido político representado nestes órgãos.

Segundo a análise da Academia, quatro províncias mostram tendência geral de redução de mulheres-membros das assembleias provinciais, sendo Inhambane caso mais crítico. Esta província teve o melhor registo de presença da mulher no primeiro mandato, resultante das eleições provinciais de 2009, tendo alcançado cerca de 48 por cento, o melhor registo até aqui conseguido numa AP. Contudo, nas eleições seguintes o número baixou consideravelmente para cerca de 34 por cento e nas últimas eleições (2019-2020) voltou a ter uma variação negativa, passando a ter apenas 30 por cento.

Outros casos de tendência geral de redução são as assembleias provinciais do Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Manica.

Para o IMD, estes casos mostram que a luta pela participação política da mulher deve manter-se constante, pois o sistema de eleição dos candidatos dentro dos partidos políticos nem sempre respeita a questão do género, o que pode influenciar positiva ou negativamente o espaço de participação desta na política.

Tendência favorável verifica-se na província de Sofala, que registou um maior crescimento desde o primeiro mandato, tendo passado de 30 por cento em 2010 para 43,21 por cento no presente mandato, e da Zambézia, que passou de 33,33 por cento para 38,04 no mesmo intervalo de tempo.

**Mantém-seo número de governadoras provinciais**

RESULTANTE da revisão constitucional de 2018, com vista ao aprofundamento da descentralização, os governadores provinciais passaram a ser eleitos, através do sistema de cabeças-de-lista do partido que obtiver maioria relativa de votos.

De um total de 30 cabeças-de-lista candidatos a governadores provinciais apresentados pelos três partidos com representação nas assembleias provinciais, apenas cinco (16,67 por cento) eram mulheres. Deste número, três, todas provenientes do partido Frelimo, conseguiram a eleição para governadoras provinciais.

Em termos percentuais, registou-se um ligeiro aumento na proporção de mulheres governadoras, passando de 27 para 30 por cento. Contudo, em termos absolutos, não houve qualquer alteração em relação ao último mandato, quando o cargo de governador provincial era por nomeação, o que se deveu à eliminação desta figura na cidade de Maputo.

### **Adoptar medidas para alcance das metas dos ODS**

CIENTE de que os avanços registados ainda são lentos e inconsistentes nas assembleias provinciais, a Academia Política da Mulher propõe um conjunto de medidas que julga que, se forem tomadas, podem contribuir para que o país alcance as metas estabelecidas no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no que tange à participação política da mulher.

Entre elas, os partidos políticos devem continuar a envidar esforços para que mais mulheres sejam eleitas como candidatas a diferentes cargos, tendo como premissa a ocupação de posições cimeiras nas listas; maior envolvimento da mulher em processos políticos, de modo a conquistar o seu espaço e a superar as diferentes barreiras políticas, económicas, sociais e culturais.

Propõe ainda a inclusão do sistema de quotas nas listas apresentadas pelos partidos políticos; intensificação de sensibilização para o encorajamento da mulher pela vida política do país que a mulher eleita para os diferentes cargos de tomada de decisão influencie para aprovação de políticas de transformação estratégica pela equidade e igualdade de género e que garanta o gozo pleno da igualdade de direitos entre mulheres e homens.

A Academia Política da Mulher reitera o seu compromisso de continuar a realizar acções que concorram para o incremento da participação política da mulher, tanto quantitativa como qualitativamente na ocupação de cargos de liderança a diferentes níveis.

Para o efeito, a Academia assegura que irá priorizar o diálogo com as lideranças políticas com vista a uma maior sensibilidade sobre a igualdade género. Por outro lado, a formação para as mulheres eleitas, debates entre diferentes actores da sociedade, visitas de troca de experiências entre mulheres líderes de diferentes esferas de actuação irão contribuir para a definição de melhores estratégias de actuação para o alcance da meta dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, que se referem à paridade em todos os espaços de tomada de decisão, entre homens e mulheres, até 2030. **(Joana Macie)**

<https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/pagina-da-mulher>